

OS JAGUNÇOS ou OS TORTUOSOS CAMINHOS DA NACIONALIDADE

Marilene Weinhardt*

Eles receberam o esplêndido e misterioso batismo do sangue e, cintos dessa púrpura, abriram as portas da nacionalidade brasileira para seus irmãos sertanejos.
Afonso Arinos, 1897.

Não sei de alguém da época que tenha sentido, compreendido e proclamado tão lucidamente como ele, o caráter daquele momento histórico. Canudos é um dos momentos decisivos de nossa história.
Alceu Amoroso Lima, 1922.

A leitura, portanto, ficcionaliza a História.
Benedito Nunes, 1988.

A

tradição literária em língua portuguesa volta-se para a história com considerável frequência. O passado se fez presente com intensidade durante o Romantismo. Exemplos neste sentido são os romances históricos de Herculano e os de Alencar, para citar uma vertente nacional. Recentemente, nova tentativa de “romance de fundação” verificou-se na literatura brasileira, enquanto realização ainda aquém do projeto romântico.¹ Nestes casos optou-se pelo passado distante. O presente, nas suas repercussões sociais e políticas, ocupou a atenção de larga fatia da produção brasileira dos anos de 1960 e 1970, passando a literatura a exercer as funções de

* Universidade Federal do Paraná

¹Pensamos sobretudo no romance de João Ubaldo Ribeiro, *Viva o Povo Brasileiro*.

outros meios reprimidos, nem sempre mantendo o nível estético, como demonstrou a crítica já nos primeiros anos da década de 1980.²

Embora neste trabalho o propósito não seja o de rastrear um veio que leve à sistematização das relações entre história e literatura, não tendo os exemplos lembrados quaisquer pretensões de caráter exaustivo, vale notar que os dois momentos indicados, aos quais seguramente se pode agregar o modernismo, têm em comum a questão emergente do nacionalismo, que aflora em circunstâncias sócio-históricas diferentes, em manifestações significativamente diversas. Num reducionismo grosseiro, seguindo a determinante cronológica, pode-se explicar a presença do traço recorrente pela urgência de construir a nação, pela busca de identidade estética e, mais recentemente pela necessidade de encontrar e marcar o espaço ideológico.

Esse nacionalismo sempre latente na literatura brasileira, pronto a emergir de modo mais premente nos períodos ideologicamente críticos, registra um de seus picos no momento histórico da passagem do Império para a República, manifestado de forma altamente agônica, na sua variante construção da nacionalidade, cuja expressão por excelência é Policarpo Quaresma, a personagem de Lima Barreto. Nesta linha de reflexão crítica inscreve-se o relato de um episódio da história do Brasil, ocorrido em 1896-97, que certamente não se teria popularizado tanto se não tivesse merecido a atenção de um engenheiro-jornalista que foi, antes de tudo, um escritor. Sem Euclides da Cunha, sem o seu livro *Os Sertões*, publicado em 1902, os acontecimentos de Canudos não teriam a mesma atenção que têm merecido. Seja porque representou o *mea culpa* das elites, como entende Thomas SKIDMORE,³ seja pelas qualidades estilísticas da narrativa, como querem críticos de tendências mais estetizantes, o fato é que o episódio de Canudos encontrou sua expressão ideal na pena de Euclides.

O exame dos jornais da época⁴ é termômetro seguro para aferir o alto grau de interesse que os eventos ocorridos no sertão da Bahia despertavam no litoral civilizado. Euclides não foi o único a perceber o potencial dramático do confronto entre os seguidores de Antônio Conselheiro e o Exército da República. Obscura "novela sertaneja", conforme classificação registrada no subtítulo, de autor bastante conhecido no ambiente intelectual da época, mas publicada sob pseudônimo, focaliza os mesmos acontecimentos. *Os Jagunços*,⁵ de

²SUSSEKIND, F., 1985. Particularmente Cap. II, p. 42-67.

³SKIDMORE, T., 1989, p. 126.

⁴A propósito cf. GALVÃO, W.N., 1974.

⁵ARINOS, A., 1969, p. 121-383. As citações extraídas do romance trarão a indicação de páginas no próprio corpo do texto, referindo-se sempre à esta edição.

Afonso ARINOS, aparece em folhetins diários do *Comércio de São Paulo*, já em outubro/novembro de 1897, saindo em volume no ano seguinte, publicado pelo próprio jornal, constando Antônio Rocha Ribeiro como editor, mantendo-se o pseudônimo Olívio de Barros.⁶ A tiragem foi limitada a cem exemplares e a reedição só ocorreu na *Obra Completa*, em 1969, cinquenta e três anos depois da morte do autor. Daí Afonso ARINOS de Melo Franco (sobrinho do autor em questão) afirmar no prefácio intitulado “O Sertanejo Afonso Arinos”: “É, assim, um quase inédito, o livro que aparece neste volume”.⁷

Estudando paralelamente Euclides da Cunha e Afonso Arinos, em ensaio intitulado “De Sertões e Jagunços”,⁸ Walnice Nogueira GALVÃO mostrou pontos de aproximação (são contemporâneos, ambos moram em São Paulo) e de distanciamento (pertencem a extração social diversa, freqüentam círculos intelectuais diferenciados, têm opções políticas antagônicas), detendo-se no confronto entre as obras, para concluir, sobretudo com base na recorrência de imagens, ser provável que Euclides tenha lido e mesmo utilizado o romance de Arinos como fonte ou ambos “se serviram de uma outra fonte que deixou nas obras de ambos uma mesma e inconfundível marca.”⁹ O destino de *Os Jagunços* dificilmente fugirá da comparação com *Os Sertões*. Este é o caminho que a crítica tem seguido a respeito de Afonso Arinos, quando não se detém na discussão da autenticidade ou não do regionalismo de seus contos, mas permanece em generalidades, com intenções e propostas diferentes das que orientam o citado trabalho de Walnice. Sirva de exemplo Wilson MARTINS que, em crítica de jornal publicada na ocasião do aparecimento da *Obra Completa* e reiterada posteriormente, classificando o romance como “a sua (de Afonso Arinos) obra menos importante”, justifica a aproximação para mostrar “o extraordinário sentido que adquire como contraste para a obra de Euclides da CUNHA”,¹⁰ ou seja, só serve para reforçar o valor do último. Mas quando o caminho escolhido é o de considerar a obra em sua individualidade o resultado pode ser uma leitura ainda mais equivocada, julgando que o uso de pseudônimo e a localização da ação em Belo Monte constituem “ao que parece medida de cautela política numa época ainda carregada de paixões políticas”,¹¹ ignorando o código literário e a realidade

⁶LIMA, Alceu Amoroso, 1966, p.567, p.577-9.

⁷ARINOS, A., 1968, p.27.

⁸GALVÃO, W.N., 1976, p.67-87.

⁹Ibidem, p.78.

¹⁰MARTINS, W., 1977-78, p.44

¹¹LOUSADA, W. Citado por COUTINHO, A., 1986, p.282.

histórica, como se o uso de pseudônimo não estivesse integrado aos hábitos da época, como se não fosse Afonso Arinos monarquista confesso, colaborador e diretor do jornal com pretensões de promover a restauração do trono, e como se Belo Monte fosse um nome ficcional e não aquele pelo qual os sertanejos identificavam a povoação fundada pelo Conselheiro, ponto de vista com o qual o narrador busca identificar-se, embora o texto registre também a denominação Canudos. Outra saída é centrar os comentários no enredo e caracterização de tipos da primeira parte do romance, usando como argumento a informação de Tristão de Ataíde, segundo o qual Afonso Arinos pretendia refundir o livro, dividindo-o em dois e fazendo do episódio “A morte de Conceição, que encerra muita coisa interessante, um livro à parte”,¹² não comprometido com os “fatos históricos”. A abordagem como se tal livro tivesse se concretizado permite mostrar que o autor caracteriza bem ambientação interiorana e personagens sertanejos, juízo muito mais defensável pela análise dos contos de *Pelo Sertão*, estratégia empregada por Alceu Amoroso LIMA em texto datado de 1922,¹³ exemplarmente expressionista, mas que parece ser ainda o texto crítico mais preciso sobre a obra de Afonso ARINOS.

Para situar *Os Jagunços* esteticamente e historicamente, cumpre observar detalhes do trato da matéria ficcional e suas relações com as peculiaridades do momento sociopolítico vivido pela nascente República brasileira. Note-se que sua publicação se dá praticamente “no calor da hora”, para emprestar a sugestiva expressão de Walnice Nogueira GALVÃO.

Em longo artigo publicado pelo *Comércio de São Paulo* a 9 de outubro de 1897, portanto no dia seguinte ao anúncio da rendição, sob o título “Campanha de Canudos” (O Epílogo da Guerra), Afonso ARINOS demonstra extraordinária lucidez e recusa uma interpretação imediata ao afirmar:

essa luta deveria merecer a atenção dos publicistas, para ser estudada, não simplesmente na trágica irrupção e no desenvolvimento, mas em suas origens profundas, como um fenômeno social importantíssimo para a investigação psicológica e o conhecimento do caráter brasileiro.¹⁴

¹²LINHARES, T., 1987, p.100.

¹³LIMA, A. A., 1966.

¹⁴ARINOS, A., 1969, p.644.

É a busca dessas “origens profundas” que determinam a estrutura externa do romance. Dividido em duas partes, a primeira com quatro capítulos, ocupando cerca de um terço do total de páginas, decididamente fictícia, é toda dedicada a mostrar como é a vida do sertanejo: meios de sobrevivência, estrutura social, festejos, princípios morais, etc. É na segunda parte, composta de cinco capítulos, que se situa a ação histórica. O fio narrativo é sustentado por uma personagem sobre a qual não se encontra registro histórico, Luís Pachola, no princípio camarada de um tropeiro e por quem desperta o coração da bela e faceira mulata Conceição, protegida da família do fazendeiro que realiza a festa do Espírito Santo. O amor é fatal para ela, morta pelo punhal do apaixonado, vaqueiro Gabriel (neste está centrado o terceiro capítulo, “O Vaqueiro”), quando tenta assassinar o involuntário rival. Por sua vez, o desastrado ciumento suicida-se espetacularmente. Na tentativa de criar uma versão caipira do Otelô, o narrador procura dar-lhe feições trágicas, mas o efeito é antes cômico. O camarada segue a vida errante de sua profissão, a partir daí sempre acompanhado pela lembrança daquela que sacrificou a vida por ele. Mas o acaso propicia o reencontro com “o missionário” (título do segundo capítulo), que já aparecera nas cenas iniciais da narrativa, num ato de “encomendação” (que dá título ao primeiro capítulo), e pregando durante a malograda festa. “A profecia” (quarto capítulo) que fizera então, antevendo a perda do gado do tropeiro na travessia do rio, confirma-se, o que lhe vale o ódio do patrão e a devoção do camarada, que logo passa a compor a caravana dos peregrinos que o seguem.

As falhas de estruturação narrativa, sobretudo no trato do tempo ficcional (rupturas inoportunas e inábeis da linearidade, inépcia na representação da passagem do tempo) e no alongamento excessivo da descrição de cenas pelos seus aspectos típicos, buscam compensação na vivência que o autor demonstra do interior brasileiro, seja mineiro, goiano ou baiano. O conhecedor do sertão distingue insistentemente o camarada do vaqueiro, o fazendeiro do tropeiro, distinções significativas num espaço social estratificado, cuja moral repousa sobre valores indiscutíveis e imutáveis, mas também não resiste à oportunidade de descrever minuciosamente a festa do Divino, o Congado ou a “sala dos arreios”, detalhes sem qualquer funcionalidade, em prejuízo da tensão ficcional. O que ocorre aí de singular é o fato de a narrativa estar centrada nas camadas inferiores, deixando os conflitos da casa-grande e atentando para o pátio, os currais, as casas dos vaqueiros e os dramas que aí se desenrolam. É uma tentativa de deixar o alpendre, embora o efeito ainda seja o de um olhar e ouvidos curiosos, não integrados ao ambiente e que não resistem aos

aspectos pitorescos. O intelectual com pretensões de porta-voz do povo, escrevendo para o deleite de cidadãos burgueses com vagas aspirações de revolução proletária, evidentemente desde que todos tenham suas prerrogativas asseguradas, tem larga tradição na cultura brasileira. Afinal até o gênero romance, produto importado, é uma invenção para consumo da classe média.¹⁵

Na segunda parte, iniciada por período com sabor de conto de fadas (Passaram-se anos, p.202), o missionário já está transformado em Conselheiro, estabelecido com seu povo em Belo Monte. Luís Pachola também lá está, cuidando da velhice da mãe de Conceição, tia Joana, que por sua vez se decidira a seguir o missionário na construção da “nova Sião” anunciada nas premonições da Parte I. O relato passa a seguir o tempo histórico com rigor cronológico de documento, retratando episódios conhecidos, como se pode depreender já pelos títulos dos capítulos: primeiro – A Cidade Santa; segundo – A Expedição; terceiro – Os Fanáticos; quarto – A Guerra; quinto – Último Reduto. A diferença da narrativa ficcional com o relato jornalístico ou com a crônica histórica está nos detalhes que o narrador de ficção pode permitir-se: minúcias sobre determinado acontecimento, pequenas alterações no curso dos fatos, preenchimento dos vácuos da história oficial, descrição de intenções e emoções das personagens, juízos, liberdade na opção de foco narrativo.¹⁶ Nesta parte o narrador procura manter-se predominantemente junto aos jagunços, mudança dificilmente perceptível na leitura enquanto folhetim. Mas muitas vezes a tentação de uma análise de cunho sociopolítico parece irresistível, em intervenções totalmente inoportunas. Um exemplo ocorre em pleno relato do combate em que sai mortalmente ferido o comandante Moreira César, relato interrompido por quatro extensos períodos sobre a “psicologia das massas” (p.275). Essa espécie de congelamento da cena distende a tensão e esvazia a emoção. A pretendida identificação narrador igual jagunço permanece num nível mais superficial, no plano da ação, em atitudes como só posteriormente dar os nomes dos comandantes, e só incidentalmente, uma vez que os jagunços não os conheciam de antemão e não deviam dispensar-lhes maior atenção. A luta é uma questão de sobrevivência, sempre limitando-se a manter a posição de defesa. Não há referências mais precisas às atrocidades cometidas de parte a parte. Inclusive depois dos primeiros confrontos os jagunços enterram os cadáveres indistintamente e em certa passagem Luís Pachola recria severamente um companheiro que ameaça usar o facão num

¹⁵WATT, I., 1990, p.34-54.

¹⁶A propósito ler WHITE, H., 1985.

“homem caído”. O antigo camarada dá-lhe de beber e se comove com a repetição da morte em seus braços, evocando o passamento de Conceição (p.276). O narrador utiliza o artifício para, personificado em Pachola, frisar o caráter humanitário do sertanejo, com passado e com sentimentos, quando a maioria dos artigos da imprensa contemporânea retratava-o semelhante ao animal irracional. Os aspectos domésticos e pacatos do cotidiano na cidade são reforçados pelos encaixes de episódios amorosos e cenas familiares. Nestas as mulheres são o centro das atenções e aí o burguês com fumos aristocráticos não disfarça o patriarcalismo de sua casta, somando-o à visão determinista da época. A obrigação dos homens é proteger tais seres fracos e incapazes, embora as mulheres sejam vaidosas, impressionáveis e curiosas. Tais características não são atribuídas a esta ou aquela personagem, mas descritas como prerrogativas do sexo. Embora ideológica e esteticamente o livro esteja mais próximo de códigos vigentes em décadas anteriores, encontram-se outros ecos de cientificismo, como atribuir a uma personagem a “cor arroxeada que indica as terras de muita seiva.” (p.257).

É nas personagens fictícias que o narrador se sente em liberdade para idealizar e construir alegorias à vontade, enquanto as personagens históricas como Pajeú, Vila Nova, Macambira, Beatinho, João Grande, Taramela e José Venâncio estão presos à contingência humana.¹⁷ Sem dimensionamento épico, a recriação pouco vai além de introduzi-los como personagens secundárias nas ações fictícias e dar-lhes papel decisivo na reconstrução das ações espetaculares descritas também em *Os Sertões* e que naturalmente eram de domínio público, divulgadas pelo noticiário da imprensa, tais como as tentativas de tomada de canhões por João Grande e pelos Macambira. Sobre o dubio estratagema de busca de reforços ou de fuga elaborado por Vila Nova, o narrador se abstém de dar uma resposta conclusiva. Mas o fictício Pachola é caracterizado como protótipo ainda romântico do sertanejo simples, bom, honrado, crente, fiel, immanado com a natureza. Ele só tem um momento de dúvida e questionamento quando se vê transformado em “matador de gente” (p.240), contrariando os conselhos do missionário e os preceitos da mãe. Mas a Natureza, mãe suprema, é quem imediatamente oferece a resposta. O trecho é longo mas significativo para se examinar o nível de explicitação do narrador:

A colméia fora tomada de assalto por um enxame de

¹⁷A experiência de transformar personagens históricas em alegorias não produziu resultados satisfatórios em *A Guerra do Fim do Mundo*, apesar das inegáveis qualidades narrativas de Vargas Llosa.

marimbondos, desses que vivem de banditismo. Trava-
ra-se ali verdadeira batalha e as abelhas jataís, tão tra-
balhadeiras e tão mansas, juncavam o chão. A casa lhes
fora tomada depois de heróica defesa, em que as peque-
ninas perderam a vida. Agora, lá dentro, os vencedores,
já bebados de mel, zumbiam refestelados nos favos.
(...)

Aqueles bichinhos que ali estavam mortos eram cem ve-
zes mais numerosos que Luís e seus companheiros; eles
tinham pelejado juntos, reunidos para a defesa de sua
cidade e de seus filhos. Entretanto, lá estavam os outros
de posse da casa, festejando o triunfo.

(...)

E, de repente, começou a pensar na colmeia de Belo
Monte, investida por milhares de soldados, nas casas
varejadas, nas ruas juncadas de mortos (...) (p. 242-3).

Ao leitor não resta qualquer elaboração, qualquer associação a estabelecer.

É pela comunhão com a natureza, promovida inclusive a com-
batente, que se explica a incrível resistência: “Parecia que a nature-
za toda que alimentara aqueles pelejadores, a terra que dera a vida a
tais guerreiros consubstanciara seu espírito e erguia-se como um
inesperado combatente.” (p.374).

As ações dos jagunços alcançam sucesso muitas vezes, apesar
do anacronismo de suas armas, pela capacidade mimética em relação
ao espaço que habitam. As comparações do tipo “como uma onça,
como uma cobra, como um jaguar. . .” ocorrem no texto à exaustão.
Os habitantes de Belo Monte são verdadeiros pactários, tendo o mis-
sionário celebrado o pacto:

Foi essa natureza bravia que o missionário chamou
a seu serviço: (...)

Mas a natureza circundante, embora acudisse à pa-
lavra do missionário, não se lhe submeteu sem um con-
trato: os homens que ali morassem teriam de irmanar-se
com a região. E eles se irmanaram. A eles, só a eles, as
catíngas dariam acesso franco: para eles, a terra seca
exsudaria mananciais pelos buracos das cacimbas; para
eles, os espinheiros encolheriam as garras e as escarpas
baixariam o dorso. Na terra das catíngas medrou o ja-
gunço. (p.204)

Daí vem o caráter encantatório, às vezes escatológico, que a

luta tomava aos olhos dos soldados, para quem os sertanejos figuravam ressurrectos ou as carabinas pareciam atirar por conta própria. Até os animais, sobretudo as vacas contribuem para criar o clima que N. FREYE denomina “solene simpatia”, que “numa obra de ficção mais realística, indica que o autor está tentando dar a seu herói algumas das implicações do modo mítico.”¹⁸ Mesmo as macabras cenas de mumificação descritas por Euclides da CUNHA¹⁹ transformam-se em ato de “ternura de mãe amorosa pelos cadáveres dos pelejadores” (p.348), ignorando-se que a mesma ação ocorria nas hostes adversárias.

Honório Tico-Tico é modelo de personagem identificada à natureza até no apelido. Dele se diz ter corpo fechado, fenômeno não desmentido pelo narrador, antes confirmado, uma vez que Honório é um dos sobreviventes, apesar dos perigos a que se expõe nos artifícios que inventa, sempre em consonância com a natureza, como disfarçar-se de árvore para buscar água. A ele é atribuído o papel do atirador solitário registrado também por Euclides da CUNHA.²⁰ Mas sua atuação de bufo de plantão é de um histrionismo extemporâneo e deslocado, embora se considerado isoladamente tenha certa expressão, criação típica do Afonso Arinos admirador e fixador de tipos sertanejos.

A ação militar também é representada como digna de admiração. Valente, bravo, fero são os adjetivos que qualificam os soldados. Em nenhuma passagem encontra-se o tom de crítica irônica que permeia *Os Sertões*. Inclusive os momentos de maior fragilidade merecem explicações de cunho sociológico ou psicológico. O Exército não é questionado. O papel de vilão da história (e da História) é reservado exclusivamente ao governo. A culpa do mal-entendido que gera o caráter político que o movimento tomou, cabe à incompreensão e insensibilidade do “Governo da República, desde o Sr. Victorino até o Sr. Prudente de Moraes e Luís Viana.”²¹ como Afonso ARINOS já denunciava no artigo de 9 de outubro. Ele não demonstra preocupação com as filigranas da disputa entre facções civis, jacobinas ou militaristas, figurando o poder “como se monolítico fosse o grupo dirigente,”²² para empregar a expressão de Raimundo Faoro a propósito da denúncia monarquista. O narrador deixa sua posição de empatia com os sertanejos para registrar a comoção do comandante com o “gemido terrível” (p.333) que chega ao acampamento

¹⁸FRYE, N., 1973, p.42.

¹⁹CUNHA, E. da., 1985, p.368, 396.

²⁰Ibidem., p.450.

²¹ARINOS, A., 1969, p.645.

²²FAORO, R., 1987, p.552.

quando explode uma granada na igreja e a admiração dos soldados, manifestada em mais de uma ocasião, diante da coragem dos jagunços. Já no primeiro confronto a situação é retratada de modo que no diálogo fique claro que os adversários são da mesma cepa, animados por idênticos ideais. E o autoproclamado porta-voz explica:

Dos graúdos das terras grandes, do Governo que eles consideravam a personificação da força e da riqueza, não conheciam o mínimo benefício.

As únicas vezes que entraram em contato com o Governo, foi por meio das balas e das baionetas da polícia. Desamparados nos seus sertões, eles sentiam, de vez em quando, a ação do Governo à passagem dos recrutas, ou dos aliciadores de tropas. Nas suas misérias, nunca lhes chegou lenitivo da parte do Poder

(...).

Quanto aos poderes da terra, quanto a Governo, este estava muito longe para se lembrar deles. Dele, pois, nunca tiveram motivo de gratidão.

(...).

Os jagunços não podiam compreender os motivos por que era guerreado o Conselheiro. Vivendo no meio deles dezenas de anos, o enviado de Deus nunca praticara o mal. (p.253-4).

A convicção da impossibilidade de qualquer ajuda monarquista, interna ou externa, é reiterada nas descrições do armamento obsoleto dos jagunços e do seu espanto e inabilidade perante as armas do Exército. Todo o equipamento de artilharia aos olhos dos jagunços transforma-se em arte do demônio, e um canhão abandonado e levado para o reduto passa por franco processo de animismo. O monarquismo da pregação do Conselheiro fica em posição muito secundária, quase esquecido, sem um mínimo de identificação com os ideais dos defensores da Restauração. Numa posição surpreendentemente avançada a esse respeito, Arinos apresenta uma visão muito mais próxima dos estudos sociológicos atuais²³ do que dos conceitos de seu tempo. Embora enquanto caracterização de líder espiritual ocorram incoerências ao longo da narrativa, o anti-republicanismo do Conselheiro deve-se mais à resistência a inovações do que a princípios monárquicos, e a estrutura social atribuída a Belo Monte é antes a das sociedades tradicionais, no modelo medieval, do que uma sociedade estruturada a partir de doutrinas comunistas. A con-

²³QUEIROZ, M.I.P., 1977, p.225-41.

cepção do tempo no início da narrativa é muito próxima à concepção primitiva de circularidade, marcada pelas comemorações religiosas. É a partir do princípio da guerra que o registro cronológico passa a predominar, verdadeira entrada na História, como quer Mircea ELIADE.²⁴ Tanto que os seguidores do Conselheiro, o “taumaturgo”, o “Apóstolo de outras eras”, são templários, sacerdotes, paladinos, guerreiros. . . embora cafuzos, mulatos, fulas, caboclos, crioulos retintos ou mesmo brancos. A qualificação racial e a social caminham lado a lado. Ser jagunço é uma condição social que independe da cor do indivíduo, mas que não a anula. O narrador procura conservar intocadas as crenças como o fatalismo, o agouro, as superstições, numa atitude que pode ser considerada uma revivescência romântica, mas pode também de outro ângulo, ser vista como prenunciadora do século XX. O que seguramente não parece é o comportamento de um contemporâneo do positivismo.

A figura que apresenta maior ambigüidade, fugindo ao dualismo entre personagem ficcional e de personagem histórica, é a do Conselheiro. O narrador preserva a visão dos seguidores, embora não deixe de denominá-los *fanáticos*. Há contradições que denunciam o imprevisto da publicação em folhetim, mas não há dúvidas e nem explicações para seu poder adivinhatório e nem seu desaparecimento recebe justificativas racionais. O corpo desapareceu, desenterrado pelos soldados ou levado pelos próprios pés? Os sobreviventes não têm resposta, e nem o leitor. É a força de seu olhar, mais do que as palavras, que persiste na memória da leitura, emprestando-lhe uma aura mágica.

O espaço deixado com o desaparecimento do Conselheiro é preenchido por uma versão feminina do guia, do pastor do rebanho. Tia Joana, na Parte I na secundaríssima posição de mãe severa que fica só e desesperada com a morte da filha, na Parte II em princípio passa à posição de um dos protótipos dos seguidores do Conselheiro, os deserdados da sorte, a quem nada resta no mundo dos homens exceto a fé, para no desfecho sofrer a tentativa de uma transformação mítica, alçada à posição de matriarca a quem compete proteger a tribo, os sobreviventes transmutados em seus filhos. É sob seu olhar que se desenrola o episódio derradeiro, com um tom de modernidade pela abertura da imagem bíblica e pela concisão do parágrafo final, apesar da sintaxe e da adjetivação dos anteriores: “E a tribo marchou para o deserto.” (p.383). Em apenas mais uma passagem do texto encontra-se construção tão despida e com tal força expressiva. Quando do interrogatório da jagunça prisioneira, o bloco é

²⁴ELIADE, M., 1981. Capítulos 2 e 3, p.63-150.

fechado por um magistral: “Foi degolada a jagunça.” (p.352). Em *Os Sertões* o registro tem a concisão sacrificada para ganhar em ironia: “Aquela mulher, aquele demônio de anágua, aquela bruxa agourentando a vitória próxima – foi degolada. . .”²⁵ E na *Caderneta de Campo* Euclides da CUNHA relata o mesmo episódio do interrogatório sem qualquer referência à degola, detendo-se em observações sobre o sistema lingüístico.²⁶

Esta é das raras passagens em que Arinos refere-se à degola, oportunidades em que a atrocidade da prática é atenuada por ser apresentada como situação enfrentada com absoluta serenidade, sem exploração de seu possível rendimento trágico. Este é buscado em situações que têm muito mais de patético, atingindo resultados antes piegas, sobretudo quando exploram a participação de crianças. É a menina que cai no tacho fervente, os pequenos desorientados no tiroteio, o grupo de mutilados da rendição, a criança que tenta introduzir um pedaço de biscoito na boca do cadáver da mãe e tantas outras cenas, em que não se poupam os diminutivos e nem mesmo a reprodução gráfica da fala infantil. Arinos tem uma espécie de pudor no registro do horrível que tanto colabora para a grandeza épica do texto euclidiano, característica já apontada pela crítica.²⁷ Ele desvia o olhar para o miúdo, apresentando no detalhe o que considera exemplar do conjunto. Por exemplo, nos momentos mais dramáticos das grandes batalhas, sua câmara se afasta do todo e se detém em close na cena de dois lutadores que saíram do centro e trocam golpes físicos e agressões verbais.

A linguagem é um dos aspectos mais frágeis do texto. A voz do narrador é contaminada pelo modo de expressão das personagens, mas não há o abandono do padrão da língua culta e da grandiloquência. O resultado é a convivência, aparentemente no mesmo nível, de construções como “Caía-lhes do alto a luz sidérea em fios tênues, como lágrimas de ouro choradas pelos astros sobre o vasto e cinéreo sepulcro dos guerreiros de Belo Monte” (p.377) ao lado de expressões do tipo: “Essa gente navegava ainda livremente por aquele mundão de meu Deus.” (p.244). As comparações mitológicas e clássicas são constantes, bem como as evocações bíblicas, sobretudo do Velho Testamento. Muita tinta deveria ser gasta para surgir Guimarães Rosa. As colagens, sobretudo de trechos de cantigas, religiosas ou leigas, são numerosas, mas numa atitude que Paul ZUM-

²⁵CUNHA, E. da., 1985, p.537.

²⁶CUNHA, E. da., 1975, p.64-5.

²⁷LINHARES, T., 1987, p.101.

THOR identifica como de preservação de objeto museológico.²⁸

Apesar da expressão artificial, Arinos é homem de seu tempo, sentindo e traduzindo a tensão entre civilização e barbárie, a segunda ainda com um halo de idealização, desde que não tome aspectos violentos. Mas a contradição fica latente. No mesmo trecho em que se compara as “guerras feudais do sertão da Bahia” às *vendettas* que “só terminam pela destruição completa de uma das famílias inimigas”, afirma-se que “apesar da ausência de autoridade e de força, há menos crimes (nos sertões brasileiros) do que numa só das nossas grandes cidades” (p.209). Ou ainda, enquanto ao longo do texto encarece a importância da ação civilizadora exercida pelo Conselheiro, como alfabetização, hábitos higiênicos, normas morais, padrões de comportamento social, afirma: “E naquele povo todo reinava a abastança, filha do trabalho. Eles não conheciam o luxo, nem o que se chama erroneamente “conforto”, aí pelas cidades grandes” (p.244). A visão está mais identificada ao Euclides cauteloso de 1902 do que ao Euclides seguro de 1897, embora sem a consciência do engenheiro-escritor.

É inócuo conjecturar sobre qual seria a sorte do romance de Afonso Arinos se não existisse o livro de Euclides da Cunha, mas a crítica exclusivamente em termos comparativos nada acrescenta ao segundo e é demolidora para o primeiro. Talvez se preste serviço mais relevante à cultura brasileira abordando-se *Os Jagunços* como mais um dos textos que proliferaram numa época em que os escritores tiveram presença tão marcada, seja como “polígrafos da imprensa”, autênticos representantes da *Belle Époque*, seja como *ratés*, “boêmios” ou “escritores-cidadãos” para empregar a clivagem proposta por Nicolau SEVCENKO,²⁹ que inscreve Afonso Arinos neste último grupo, cujo corifeu é Euclides da Cunha. Como é inevitável em rotulações, o efeito é simplificador. Arinos e Euclides têm pontos em comum, mas as divergências também são muito grandes e, tanto na série literária como na histórica, é preciso preservar as idiossincrasias das posturas. Neste sentido o romance merece leitura mais atenta. Embora a tiragem em volume tenha sido inexpressiva, houve antes a publicação em folhetim, o que leva a crer que tenha sido lido, ainda que não se tenha consultado material que permita inferir sobre sua repercussão. Sem sucesso mais expressivo, deve ter cumprido as funções do folhetim. Afonso Arinos era nome conhecido no mundo das letras e os recursos narrativos de que se serve eram correntes na produção corriqueira do fim do século.

²⁸ZUMTHOR, P., 1983, p.23.

²⁹SEVCENKO, N., 1989, p.79-129.

Quanto à vertente histórica, permaneceu fiel ao antigo regime, “mais talvez por espírito de tradição e de oposição, que por convicção política”,³⁰ na opinião de um biógrafo, “prova de originalidade do seu espírito e da firmeza das suas opiniões”³¹ na conclusão de outro. Ora, num momento em que a maioria dos antigos partidários do Imperador merecia o rótulo de adesista, não são fartos os registros da agonizante voz monárquica. Desta perspectiva, o livro deixa seu caráter de produção individual para tomar o de expressão de uma classe. Vale resgatá-lo, ainda que só para trazer mais uma achega à tese da inviabilidade de restaurar o velho regime quando a “República era uma fatalidade para o Brasil.”³²

Se para a história política interessa o registro do ponto de vista de um monarquista e para a história da ficção interessa o exemplar da norma literária, o modo de expressão de uma ideologia constitui o encontro de interesses da história e ficção.

RESUMO

Euclides da Cunha imortalizou o episódio de Canudos em sua magistral obra Os Sertões, publicada em 1902. Mas os acontecimentos ocorridos no interior da Bahia em 1896-97, já tinham merecido representação literária. O monarquista Afonso Arinos percebeu o potencial dramático dos fatos e, ainda em fins de 1897, publica, em folhetins diários do Comércio de São Paulo, a “novela sertaneja” Os Jagunços, que aparece em livro no ano seguinte. O presente estudo busca apreender a dimensão histórica e estética de tal texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ARINOS, Afonso. *Obra Completa*. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1969.

³⁰LIMA, A. A., 1966, p.547.

³¹ARINOS, A., 1969, p.18.

³²IGLÉSIAS, F., 1989, p.31.

- 2 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- 3 ———. *Caderneta de campo*. São Paulo : Cultrix; Brasília: INL, 1975.
- 4 COUTINHO, Afrânio, (org.). *A Literatura no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro : José Olympio; Niterói: UFF, 1986. v.4.
- 5 ELIADE, Mircea. *O Mito do eterno retorno*. Lisboa : Edições 70, 1981.
- 6 FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder*. 7.ed. Rio de Janeiro : Globo, 1987. v.2.
- 7 GALVÃO, Walnice Nogueira. (org.). *No calor da hora*. A guerra de Canudos nos jornais. São Paulo : Ática; 1974.
- 8 ———. *Saco de gatos*. São Paulo : Duas Cidades, 1976.
- 9 IGLÉSIAS, Francisco. República, 1889-1989. *Tempo Brasileiro*. n.99, p. 31-42, out/dez. 1989.
- 10 LIMA, Alceu Amoroso. *Estudos literários*. Rio de Janeiro : Aguilar, 1966. v.1.
- 11 LINHARES, Temístocles. *História crítica do romance brasileiro*. (1728-1981). Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987. v.2.
- 12 LLOSA, Mário Vargas. *A Guerra do fim do mundo*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1981.
- 13 MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo : Cultrix ; EDUSP, 1977-78. v.5.
- 14 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no mundo*. 2.ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1977.
- 15 RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1984.
- 16 RIEDEL, Dirce Cortes (org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro : Imago, 1988.
- 17 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- 18 SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro : [s.n.], 1989.
- 19 SUSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária*. Rio de Janeiro : Zahar, 1985.

- 20 WATT, Ian. *A Ascensão do romance*. São Paulo : Cia das Letras, 1990.
- 21 WHITE, H. *Tropics of discourse*. Baltimore : Johns Hopkins University, 1985.
- 22 ZUMTHOR, Paul. *Introduction à la poésie orale*. Paris : Seuil, 1983.